

4
10

EUGENIO COSERIU

23-L

Sincronia, Diacronia e História
O Problema da Mudança Lingüística

Tradução de
Carlos Alberto da Fonseca
Mário Ferreira

SBD-FFLCH-USP



268741

Capítulo VII

SINCRONIA, DIACRONIA E HISTÓRIA

PRESENÇA

Editora da Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro — RJ

1979

1.1.1. Para superar em suas próprias raízes a antinomia entre sincronia e diacronia — no sentido e na medida em que é ela superável —, convém voltar uma vez mais ao texto de Saussure. Segundo Saussure, como se sabe, a antinomia entre “fato estático” e “fato evolutivo” é radical: “um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um acontecimento” (1); os termos sincrônicos são “coexistentes e formam sistema”, ao passo que os diacrônicos são “sucessivos” e “substituem-se uns aos outros sem formar sistema entre si” (2). Os fatos sincrônicos são sistemáticos; os diacrônicos são particulares, heterogêneos, isolados (3) e, ademais, são “exteriores” ao sistema: “Na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem” (4). Saussure reconhece que a sincronia (o “estado de língua”) depende da diacronia, pois várias vezes observa que qualquer mudança “tem repercussão em todo o sistema” e que o sistema sincrônico é

1. CLG, p. 162 [Cours, p. 129; Curso, p. 107 (N. T.)].

2. CLG, p. 174 [Cours, p. 140; Curso, p. 116 (N. T.)]. Cf. também p. 231 [Cours, p. 193; Curso, p. 163 (N. T.)].

3. CLG, p. 159 [Cours, p. 126; Curso, 104 (N. T.)]: “As mudanças não se aplicam senão a elementos isolados”; 165 [Cours, p. 131; Curso, p. 109 (N. T.)]: “os acontecimentos diacrônicos têm sempre caráter acidental e particular”; p. 289 [Cours, p. 248; Curso, p. 211 (N. T.)]: “as mudanças fonéticas atingem somente o fonema isolado”.

4. CLG, p. 155 [Cours, p. 122; Curso p. 101 (N. T.)]. Cf. também pp. 167-168 [Cours, pp. 134-135; Curso, pp. 111-112 (N. T.)]: “os fatos históricos diacrônicos são particulares; a alteração de um sistema se faz pela ação de acontecimentos que não apenas lhe são estranhos, como também isolados, sem formar sistema entre si”.

condicionado pelos fatos diacrônicos⁽⁵⁾, mas não admite nenhuma dependência no sentido contrário: as mudanças são fenômenos alheios aos sistemas; em particular, as mudanças fonéticas representariam “uma força cega em luta com a organização de um sistema de signos”⁽⁶⁾.

Neste trabalho, esforçamo-nos por mostrar que as coisas ocorrem, e devem ser consideradas, de outra maneira; mas agora não se trata de aceitar ou de negar simplesmente a antinomia saussuriana, adotando outro ponto de vista, mas de comprovar as razões que teve Saussure para estabelecê-la e de averiguar se, e até que ponto, essas razões podem ser válidas ou sustentáveis. É isso o que entendemos por superar a antinomia “em suas próprias raízes”.

1.1.2. É necessário observar, em primeiro lugar, que Saussure percebe com clareza a *historicidade de fato da língua*. Assim, por exemplo, assinala que “um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos” e que “o que fixa a pronúncia de um vocábulo é a sua história”⁽⁷⁾; e até está disposto a reconhecer certa complementariedade entre a lingüística sincrônica e a diacrônica, pois admite que “será o método histórico que fará compreender melhor os estados de língua”⁽⁸⁾. Mais ainda: pelo menos num aspecto — que, lamentavelmente, a lingüística saussuriana com frequência ignora ou tenta “superar” —, Saussure chega a perceber também a *historicidade essencial* da língua como objeto cultural. Trata-se da sua atitude em relação às “leis lingüísticas”. Saussure indica como tarefa da lingüística a de “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos particulares da história”⁽⁹⁾, mas entende, justamente, que

essas “leis” só podem ser *princípios universais*, e não leis causais pancrônicas, como as estabelecidas pelas ciências físicas. Assim, é uma “lei pancrônica” da linguagem a de que todas as línguas mudam. Mas, acrescenta Saussure, “trata-se de princípios gerais que existem independentemente dos fatos concretos; quando se fala de fatos particulares e tangíveis, já não há ponto de vista pancrônico”... “Um fato concreto [histórico] suscetível de uma explicação pancrônica não lhe poderia pertencer”⁽¹⁰⁾.

Do mesmo modo, Saussure vê claramente o sentido da interdependência entre língua e fala⁽¹¹⁾ e, pelo menos numa seção do *Curso* — no capítulo sobre a analogia —, aproxima-se da compreensão da mudança lingüística como “fazimento” da língua. Ao falar da analogia, Saussure distingue implicitamente entre o que nós chamamos *sistema* (técnica lingüística propriamente dita, “sistema para fazer”) e o que chamamos *norma* (“sistema feito”, língua realizada)⁽¹²⁾, pois para ele a analogia não é “mudança”, mas um fenômeno “gramatical e sincrônico”, por ser *criação* de acordo com pautas já existentes na lí-

5. CLG, pp. 154, 157 e 160 [Cours, pp. 121, 124 e 127; Curso, pp. 100, 102 e 105 (N. T.)].

6. CLG, p. 160 [Cours, p. 127; Curso, p. 105 (N. T.)].

7. CLG, pp. 135 e 81 [Cours, pp. 105 e 53; Curso, pp. 86 e 40 (N. T.)]. Cf., também, p. 140 [Cours, p. 109; Curso, p. 89 (N. T.)]: “O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa”.

8. CLG, p. 151 [Cours, p. 119; Curso, p. 98 (N. T.)].

9. CLG, p. 46 [Cours, p. 20; Curso, p. 13 (N. T.)].

10. CLG, pp. 168-169 [Cours, p. 135; Curso, p. 112 (N. T.)]. Cf. também p. 161. [Cours, pp. 127-128; Curso, pp. 105-106 (N. T.)], acerca da impossibilidade de “predizer até onde se estenderá a imitação de um modelo”. A este propósito, R. S. WELLS, “De Saussure’s System of Linguistic”, *Word*, III, p. 24, parece entender que a sistematicidade da língua implicaria a possibilidade de deduzir de um estado de língua atual um estado sucessivo e comenta: “When it becomes predictive not only of the past but also of the future, linguistic will have attained the inner circle of science. In admitting that “on ne peut pas dire d’avance jusqu’où s’étendra l’imitation d’un modèle, ni quels sont les types destinés à la provoquer”, de Saussure shows that linguistics has not yet achieved this triumph” [“Quando ela se tornar profética não apenas em relação ao passado mas também em relação ao futuro, a lingüística terá atingido o círculo interior da ciência. Admitindo que “não se pode dizer de antemão até onde se estenderá a imitação de um modelo, nem quais são os tipos destinados a provocá-la”, Saussure mostra que a lingüística ainda não alcançou este triunfo” (N. T.)]. Mas, na realidade, as afirmações de Saussure não se referem ao estado atual da lingüística, mas à lingüística, em que é impossível — e até mesmo absurdo predizer o que é particular (cf. VI, 5.3.6.). Quem se equivoca, neste caso, é Wells, pois as ciências da liberdade não podem e não devem “predizer” e não devem pretender alcançar o “círculo interior” da ciência [natural], o

11. CLG, pp. 64-65 [Cours, p. 37; Curso, p. 27 (N. T.)]: “Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta”.

12. Sobre outras intuições no mesmo sentido que podem ser encontradas no *Curso*, cf. SNF, pp. 33-35.

gua (13). De fato, a analogia é mudança na "norma", mas não no "sistema", pois, ao contrário, é "criação sistemática", realização de uma possibilidade do sistema. Dessa maneira, Saussure pode dizer que a analogia é fator de conservação, porque "utiliza sempre a matéria velha para suas inovações"; e neste caso trata-se de conservação do "sistema". Mais ainda: a analogia atua também "como fator de conservação pura e simples", isto é, conservação da "norma", pois as formas bem enquadradas no sistema e solidárias de outras formas mantêm-se idênticas a si mesmas "porque são refeitas analogicamente sem cessar" (14).

1.1.3. Mas Saussure não percebeu que a analogia não é a única criação sistemática e que, na realidade, não há nenhuma diferença essencial entre o "fazimento" da língua — a "mudança" propriamente dita — e o seu "refazimento", a sua continuidade. Não percebeu que também nos demais casos, inclusive no caso da mudança fônica, a mudança é sobretudo deslocamento da norma

que não constituiria para elas "triumfo" algum (cf. VI, 5.4.3.). Mais adiante (p. 30), ao se referir ao que Saussure afirma sobre as leis pancrônicas, Wells assinala que a mesma situação ocorre nas demais "ciências da mente". Mas parece acreditar que se trata de um estado provisório, pois acrescenta: "Moreover, de Saussure has said nothing to show that this deficiency is inherent in linguistics; he has adduced no reason to believe that no possible future progress will ever be able, by specifying the conditions more fully, to state panchronic laws of sound-change or of other linguistic phenomena" ["Ademais, Saussure nada disse para mostrar que esta deficiência é inerente à lingüística, não aduziu nenhuma razão para se acreditar que qualquer possível progresso futuro será capaz de, especificando as condições de modo mais cabal, estabelecer leis pancrônicas de mudança fônica ou de outros fenômenos lingüísticos" (N. T.)]. Ao contrário, a verdade é que Saussure percebeu com clareza, precisamente porque não se trata de uma "deficiência", mas de uma característica intrínseca e necessária de toda ciência da cultura. E fez muito bem em não aduzir outros argumentos contra a crença de que os "progressos futuros" poderiam permitir a previsão dos atos livres (isto é, imprevisíveis por definição). Quem acredita no irracional, e não quem não acredita, tem a obrigação de demonstrá-lo. Caso contrário, em vez de dizer simplesmente que dois e dois são quatro, deveríamos demonstrar que não há razão para acreditar que são cinco, nem seis, nem sete, e assim indefinidamente. O único reparo que se deve fazer a Saussure é o de que os princípios não existem "independentemente dos fatos concretos": são a expressão do racionalmente necessário existente nos próprios fatos.

13. CLG, pp. 263-267 [Cours, pp. 221-227; Curso, pp. 189-192 (N. T.)]. Lembra-se que, em relação à analogia, Saussure reconhece explicitamente a "consciência do sistema": "a analogia supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si" (p. 265 [Cours, p. 226; Curso, p. 191 (N. T.)]).
14. CLG, pp. 276-277 [Cours, p. 236; Curso, p. 200 (N. T.)].

para outras realizações consentidas pelo sistema (15) e as formas novas coexistem durante muito tempo com as velhas (cf. III, 4.4.6.). Ao contrário, em relação à mudança fônica, não considera como "sistema" a técnica, as pautas do fazer lingüístico, mas a "norma", a língua realizada: as mudanças fônicas não seriam sistemáticas porque não afetam as palavras, mas apenas os "sons" (16). E, no tocante a estas mudanças, Saussure só reconhece "substituições" no tempo e nenhuma coexistência num estado de língua (17). Do mesmo modo, Saussure não percebeu que a sistematicidade e a interindividualidade da língua são corolário da sua historicidade e que a mudança é condição necessária da sincronicidade funcional da língua (cf. II, 1.1.), visto que é a adaptação da língua às novas necessidades expressivas dos falantes. Decerto, Saussure percebe que a mudança é *de fato* um fenômeno geral e necessário, e até assinala que não tem limites, nem no sistema nem no tempo (18); mas, no fundo, considera-a uma espécie de fatalidade exterior, carente de explicação racional. Sobre o como e o porquê da mudança — fora do que se diz em relação à analogia —, não se encontra nenhuma luz no *Cours*. Só observações como: "o tempo tem o efeito de alterar mais ou menos rapidamente os signos lingüísticos"; "a continuidade do signo no tempo, unida à alteração no tempo, é um princípio de semiologia geral"; "o tempo altera todas as coisas"; "a continuidade implica necessariamente a alteração, o deslocamento mais ou menos considerável das relações" (19), com as quais, na realidade, se renuncia a qualquer explicação e à própria compreensão da mudança.

1.2.1. Isso se deve, em primeiro lugar, ao ponto de vista adotado por Saussure em relação ao sistema lingüístico e que — como ele mesmo assinala várias vezes — é o ponto de vista

15. Cf. SNF, p. 65, e, nesta obra, IV, 4.3.
16. CLG, pp. 166-167 [Cours, pp. 132-134; Curso, pp. 110-111 (N. T.)]. A analogia empregada por Saussure é mais adequada para negar o que ele pretende afirmar com ela: a mudança na "corda do piano" e não na "melodia" é, precisamente, mudança no "sistema" e não simplesmente na "realização" (cf. III, 4.4.4.).
17. CLG p. 263 [Cours, p. 221; Curso, p. 189 (N. T.)]; "a mudança fonética nada introduz de novo sem antes anular o que a precedia". Cf. também pp. 155, 157 e 162 [Cours, pp. 122-123, 124 e 128-129; Curso, pp. 101, 102 e 106-107 (N. T.)]. É que para Saussure a coexistência de dois modos gramaticais ou lexicais isofuncionais é um fato de língua, ao passo que a coexistência de duas variantes fônicas é um fato de fala (cf. 1.2.4.).
18. CLG, pp. 231, 248 e 360 [Cours, pp. 193, 209-210 e 313; Curso, pp. 163, 176-177 e 268 (N.T.)].
19. CLG, pp. 140, 143 e 145 [Cours, pp. 108, 111 e 113; Curso, pp. 89, 91 e 93 (N.T.)]. Cf. V, n. 6.

do falante, ou melhor, *do falante que utiliza a língua* (20): “A primeira coisa que surpreende quando se estudam os fatos de língua é que, para o falante, a sucessão deles no tempo não existe” e o lingüista “não poderá entrar na consciência dos falantes senão suprimindo o passado”; “a fala só opera sobre um estado de língua, e as mudanças que ocorrem entre os estados não têm nestes nenhum lugar” (21). Decerto, trata-se do ponto de vista que é necessário adotar na lingüística sincrônica; mas, segundo Saussure, é o único a partir do qual é possível perceber o sistema. Não se percebe a língua como tal na perspectiva diacrônica (22) e, por outro lado, para os falantes só a sincronia é real: “o aspecto sincrônico prevalece sobre o outro, pois, para a massa falante, ele constitui a verdadeira e única realidade” (23). De fato, é evidente que do ponto de vista “da língua em funcionamento” ou “do falante que utiliza a língua”, que Saussure chega a chamar “ponto de vista da língua” (24), a mudança não pode ser percebida como mudança. Mais ainda, para o falante enquanto falante a mudança não existe: o falante está sempre “sincronizado” com a sua língua e não a percebe “em movimento”, visto que a continuidade da língua coincide com a sua própria continuidade como sujeito histórico. Assim, pois, neste primeiro sentido — que é fundamental —, a mudança é para Saussure “exterior ao sistema” porque não é percebida como tal pelos falantes (25). Mas Saussure, devido à sua

identificação entre “estado de língua” e “realidade da língua”, não pensou que esse ponto de vista pudesse ser simplesmente inadequado para a compreensão da mudança, mas tentou demonstrar com outros argumentos que a mudança é efetivamente “assistemática”, isto é, “exterior ao sistema” e “particular” (26).

1.2.2. A mudança é, para Saussure, “exterior ao sistema”, em primeiro lugar, porque a sua razão ou causa não se acha no próprio sistema, na língua, mas na fala: “é a fala que faz evoluir a língua”; “tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala” (27). Em segundo lugar, porque o sistema não se modifica diretamente *como sistema* (isto é, em suas relações internas): “o sistema nunca se modifica diretamente; em si mesmo, é imutável; apenas alguns elementos são alterados, sem atenção à solidariedade que os liga ao todo”; “não foi o conjunto que se deslocou, nem um sistema que engendrou outro, mas um elemento do primeiro mudou, e isso basta para fazer surgir outro sistema” (28). E, em terceiro lugar, porque as mudanças não são intencionais: “Esses fatos diacrônicos não tendem sequer a mudar o sistema. Não se quis passar de um sistema de relações para outro; a modificação não recai sobre a ordenação, mas sobre os elementos ordenados”; “as mudanças se produzem fora de toda intenção”; e a famosa comparação com o jogo de xadrez: “Existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez *tem a intenção* de executar o deslocamento e de executar uma ação sobre o sistema, ao passo que a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam — ou melhor, se modificam” (29).

Assim, pois, o sistema é “imóvel” no sentido de que não se move por si mesmo (e não no sentido de que careceria de mo-

20. Saussure, CLG, p. 174 [Cours, p. 140; Curso, p. 116 (N.T.)], e em outros lugares fala também de “consciência coletiva”, mas, dado que esta consciência não existe (cf. II, 1.3.1.), será necessário entender simplesmente “consciência de cada falante enquanto falante”.

21. CLG, pp. 149 e 160 [Cours, pp. 117 e 127; Curso, pp. 97 e 105 (N. T.)]. Cf. também p. 161 [Cours, p. 128; Curso, p. 106 (N. T.)]: “A sincronia conhece somente uma perspectiva, a dos falantes, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é uma realidade será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência dos falantes”; e p. 337 [Cours, p. 291; Curso, p. 247 (N. T.)]: “a lingüística sincrônica só admite uma única perspectiva, a dos falantes”.

22. CLG, p. 161 [Cours, p. 128; Curso, p. 106 (N. T.)].

23. CLG, p. 161 [Cours, p. 128; Curso, pp. 105-106 (N. T.)].

24. CLG, p. 293 [Cours, p. 251; Curso, p. 213 (N. T.)].

25. BALLY e СЕЧЕНАЙЕ, CLG, p. 235 [Cours, p. 197; Curso, p. 166 (N.T.)], nota, interpretam adequadamente o pensamento de Saussure ao observarem que a evolução é exterior ao sistema no sentido de que o sistema “jamais é percebido na sua evolução; encontramos-lo transformado de momento a momento”. Recorde-se, ademais, que para Saussure a lingüística é antes de mais nada uma ciência psicológica; cf. II, 1.3.1.

26. Saussure, entretanto, não faz esta distinção. Para ele o “particular” (e até o “parcial”) parece ser por isso mesmo “exterior”. Cf. CLG, p. 157 [Cours, p. 124; Curso, p. 103 (N.T.)], onde se estabelece a oposição entre “fatos parciais” e “fatos referentes ao sistema”.

27. CLG, pp. 64 e 172 [Cours, pp. 37 e 138; Curso, pp. 27 e 115 (N.T.)].

28. CLG, p. 154 [Cours, p. 121; Curso, p. 100 (N.T.)].

29. CLG, pp. 154, 155 e 160 [Cours, pp. 121, 122 e 127; Curso, pp. 100, 101 e 105 (N. T.)].

vimento, de que estaria imóvel) e porque "um sistema não engendra outro". Isso, claro está, é inteiramente verdadeiro e aceitável (30), mas não implica propriamente exterioridade da mudança. De fato, segundo o próprio Saussure, "é interno tudo quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau" (31); portanto, a mudança, mesmo tendo motivação "exterior", deveria ser considerada como interna. Mas aqui intervém o outro sentido da "exterioridade". Saussure não ignora que a mudança "faz variar o sistema"; mas pensa que isso só ocorre indiretamente: de maneira direta modificar-se-iam apenas os termos isolados, e não as suas relações. Pois bem, isso está em contradição com a sua própria concepção da língua. Se a língua é um "jogo de oposições" e "num estado de língua tudo se baseia em relações" (32), então os termos que manifestam as próprias relações estão determinadas por elas, e não vice-versa. Portanto, a mudança pode ter sentido unicamente como modificação das relações: quando apenas se modificam os termos como tais, pode-se dizer que, do ponto de vista estrutural, "nada ocorreu". Assim, no mesmo exemplo aduzido por Saussure (o da extinção do caso sujeito em francês) (33), é evidente que o que se anula é uma oposição, uma relação sistemática, e não simplesmente um "termo": a mudança recai, precisamente, sobre a "ordenação", e não apenas sobre a "noção particular do caso sujeito", pois não pode haver tal caso senão por oposição a outro caso, "não-sujeito". E o resto da argumentação de Saussure a esse respeito (34) gira, lamentavelmente, em torno de um equívoco fundamental: Saussure não examina do ponto de vista do

30. Apesar do que pensa R. S. WELLS, *Art. cit.*, p. 2, segundo o qual "the idea that a change suffered by a system (a particular language at a particular time) is never engendered by that system itself" ["a idéia de que uma mudança sofrida por um sistema (uma determinada língua num determinado tempo) jamais é engendrada pelo próprio sistema" (N.T.)] seria uma das duas idéias "evidentemente insustentáveis" do CLG.

31. CLG, p. 70 [Cours, p. 43; Curso, p. 32 (N.T.)].

32. CLG p. 207 [Cours p. 170; Curso p. vde (N.T.)].

33. CLG, pp. 165-166 [Cours, p. 132; Curso, p. 109 (N.T.)]. Sobre essa mudança, Saussure diz que "só toma aparência de lei porque se realiza num sistema" e que "é a disposição rigorosa deste sistema que cria a ilusão de que o fato diacrônico obedece às mesmas condições que o sincrônico". Mas, não é interno o que se realiza num sistema? E como se chega à "disposição rigorosa do sistema" senão por mudanças que ocorrem sistematicamente?

34. CLG, pp. 151-156 [Cours, pp. 119-123; Curso, pp. 98-102 (N.T.)].

sistema as próprias mudanças de que fala, mas apenas as suas "repercussões", que são, de fato, secundárias e indiretas (35). Quanto à não-intencionalidade, é verdade que "a língua não premedita nada", que não tem "finalidade objetiva" (cf. VI, 5.3.1.); mas isso não significa que as mudanças não sejam intencionais. Na realidade, pelo seu próprio modo de se realizarem, as mudanças só podem ser entendidas como processos constituídos por atos intencionais e finalistas (cf. III, 3.2.2. e 4.3.3.). Ademais, também neste caso a argumentação de Saussure se fundamenta no equívoco já assinalado: Saussure sequer coloca o problema da intencionalidade das mudanças (fônicas) como tais, mas apenas assinala que elas não se realizaram com o propósito de atingir a organização gramatical, que é a sua consequência indireta. É que, para ele, as mudanças fônicas são por definição "fortuitas", "involuntárias" e "cegas" (36).

Fica evidente, por conseguinte, que, no intuito de sustentar a exterioridade da mudança, Saussure teve que violentar a sua própria concepção da língua e recorrer a uma argumentação viciosa e contraditória. É necessário recordar que esta argumentação é essencial para o estabelecimento da antinomia entre sincronia e diacronia (37).

1.2.3. O outro caráter "assistemático" do fato diacrônico (mudança) é a sua "particularidade" (cf. n. 26) (38). As

35. Assim, por exemplo, no caso do acento em francês (p. 156 [Cours, pp. 122-123; Curso, pp. 101-102 (N.T.)]), a mudança que seria necessário justificar (ou cuja "assistemática" seria necessário demonstrar) não é o deslocamento do acento — que, na realidade, nem sequer ocorreu —, mas a redução e queda das sílabas pós-tônicas. "É evidente — diz Saussure — que não se quis mudar de sistema" [de acentuação]. Sem dúvida; mas trata-se da "repercussão" de uma mudança sistemática, e não de um mero acidente.

36. Cf. CLG, pp. 248, 359 e 363 [Cours, pp. 209, 311 e 316; Curso pp. 176, 266 e 270 (N.T.)], etc.

37. Cf., por exemplo, CLG, p. 162 [Cours, pp. 119-120; Curso, p. 99 (N.T.)]: "estes fatos diacrônicos... não têm relação alguma com o fato estático que produzem; são de ordem diferente"; e p. 153 [Cours, p. 121; Curso, p. 100 (N.T.)]: "um fato diacrônico é um acontecimento que tem sua razão de ser em si mesmo; as consequências sincrônicas particulares que dele podem derivar são-lhe totalmente estranhas". Evidentemente, Saussure não se refere aos mesmos fatos nas duas perspectivas. Cf. também pp. 156, 165, 171, 249 [Cours, pp. 123-124; 130-131; 136-137; 211; Curso pp. 102, 108, 113-114, 173 (N.T.)] e ss.

38. Este aspecto da doutrina de Saussure foi devidamente aplicado por...

mudanças lingüísticas são, segundo Saussure, “particulares” nos seguintes sentidos: a) não são “globais” (isto é, não afetam o sistema na sua totalidade e não se realizam simultaneamente em toda a comunidade lingüística) (39); b) não formam sistema entre si (40); e c) só afetam elementos particulares e isolados, independentemente das relações sistemáticas (41). A primeira característica é indubitável, e merece destaque o fato de Saussure repelir claramente a idéia infeliz das “inovações gerais” (cf. III, 3.2.3.). A segunda é aceitável apenas parcialmente: sem dúvida, existem mudanças “isoladas”, como as chamadas “mudanças fonéticas esporádicas” e várias mudanças semânticas (que, não obstante, podem ter justificação sistemática particular); mas isso não representa a norma na história lingüística (42). Contudo, a característica mais discutível é a terceira. De fato, Saussure entende por “particularidade” precisamente o caráter sistemático das mudanças (fônicas), ou seja, a sua regularidade, que reconhece sem reservas (43). O

39. Saussure não faz explicitamente esta distinção mas suas afirmações a respeito parecem implicá-la. Cf. CLG, p. 137 [Cours, pp. 105-106; Curso, p. 86 (N. T.)]; “o fator histórico da transmissão domina totalmente a língua e exclui toda mudança lingüística geral e repentina”; p. 157 [Cours, p. 124; Curso, pp. 102-103 (N. T.)]; “as alterações jamais são feitas no bloco do sistema, e sim num ou noutro de seus elementos... Sem dúvida, cada alteração tem a sua repercussão no sistema; o fato inicial, porém, afetou um ponto apenas”; p. 168 [Cours, p. 134; Curso, p. 111 (N. T.)]; “os fatos diacrônicos... se impõem à língua, mas nada têm de geral”; p. 172 [Cours, p. 138; Curso, p. 115 (N. T.)]; “É na fala que se acha o germe de todas as mudanças: cada uma delas é lançada a princípio por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso”.
40. CLG, p. 165 [Cours, p. 132; Curso, p. 109 (N. T.)]; a mudança semântica do francês *rouge* “não dependeu de outras mudanças que puderam ser produzidas ao mesmo tempo”. Cf. também pp. 163 e 174 [Cours, pp. 134 e 140; Curso, pp. 111-112 e 116 (N. T.)].
41. Cf. as afirmações citadas na nota 3 e, ademais, pp. 132-151.
42. Outras mudanças — como, por exemplo, as que constituem a “revolução fonológica espanhola do Século de Ouro” —, mesmo não sendo simultâneas, formam sistema entre si numa época histórica, no sentido de que respondem a uma mesma finalidade sistemática geral. Por outro lado, tratando-se de “fatos diacrônicos”, sua eventual vinculação deve ser considerada também na perspectiva diacrônica; e nesta perspectiva muitas mudanças se enlaçam umas às outras, no sentido de que uma mudança produz uma nova condição de instabilidade (cf. IV, 4.5.).
43. Cf. CLG, p. 236 [Cours, p. 198; Curso, p. 167 (N. T.)]; “O que se transforma é um fonema: acontecimento isolado, como todos os acontecimentos diacrônicos, mas que tem por consequência alterar de maneira idêntica todas as palavras em que figure o fonema em questão; é neste sentido que as mudanças fônicas são absolutamente regulares”.

que muda, diz Saussure, é um fonema, um traço fônico; portanto, em todo caso, um “elemento isolado”. Este fato significa, certamente, que a mudança afeta um modo sistemático, uma pauta de realização (cf. III, 4.4.4.); mas Saussure não o interpreta assim: “seja qual for o número de casos em que uma lei fonética se verifica, todos os fatos que ela abrange são somente manifestações de um único fato particular” (44). Por outro lado, um fonema é como é por oposição a outros e um traço distintivo é, precisamente, a “marca” duma oposição, isto é, duma relação sistemática. Assim, num dos exemplos de Saussure — o das sonoras aspiradas indo-europeias que se tornam surdas aspiradas em grego (45) —, é evidente que o que se modifica é uma correlação e toda uma “série” fonemática. Não obstante, segundo Saussure, ainda neste caso, não se trata de um fato “sistemático”, mas apenas da modificação duma “particularidade fônica” (46). É que, para Saussure, *sistemático* significa exclusivamente *gramatical*, e “mudança lingüística” significa praticamente “mudança fonética”. A identificação, por um lado, entre o que é “fonético” e o que é “evolutivo” e, por outro, entre o que é “gramatical” e o que é “sincrônico” é uma das teses fundamentais do *Curso* (47). A mudança fônica, portanto, é “assistemática” e “exterior à língua” simplesmente no sentido de que não é *gramatical*, de que só atinge “a substância material das palavras” (48); e isso significa que, neste aspecto, a pretensa antinomia real entre sincronia e diacronia se fundamenta, em última análise, numa convenção semântica.

1.2.4. Mas esta convenção não elimina, decerto, a sistematicidade da mudança fônica *como fônica*. A esse respeito, a conquista mais importante da fonologia diacrônica foi a de demonstrar

44. CLG, p. 166 [Cours, p. 133; Curso, p. 110 (N. T.)].
45. CLG, p. 163 [Cours, p. 130; Curso, p. 108 (N. T.)].
46. CLG, p. 166 [Cours, p. 133; Curso, p. 110 (N. T.)].
47. Cf. CLG, pp. 154-156 [Cours, pp. 121-123; Curso, pp. 100-102 (N. T.)]; p. 232 [Cours, p. 194; Curso, p. 164 (N. T.)]; “O caráter diacrônico da fonética concorda muito bem com o princípio de que nada do que seja fonético é significativo ou gramatical”; p. 248 [Cours, p. 209; Curso, p. 176 (N. T.)]; “se a gramática interviesse, o fenômeno fonético se confundiria com o fato sincrônico, coisa radicalmente impossível”; p. 363 [Cours, p. 316; Curso, p. 270 (N. T.)]; p. 364 [Cours, p. 317; Curso, p. 271 (N. T.)]; “um fenômeno evolutivo, fonético, e não gramatical nem permanente”.
48. CLG, p. 64 [Cours, p. 37; Curso, p. 26 (N. T.)].

que a mudança fônica recai sobre o sistema de modos fônicos da língua, e não sobre os "sons" isolados; e com isso ficou demonstrada também a autonomia, se bem que relativa, dos sistemas fonológicos enquanto sistemas de modos técnicos, de "pautas de realização", no que se refere ao aspecto material da língua. Saussure, ao contrário, vê no que é fônico apenas a materialidade, e não a forma propriamente lingüística. Decerto, Saussure percebe a sistematicidade dos "fonemas" (49), mas não chega a atribuir-lhes nenhum lugar no estudo sincrônico da língua. Sua "fonologia", se bem que lhe caiba também "a descrição de sons dum estado da língua", está, na realidade, "fora do tempo" e é uma ciência da fala (50). Ciência da língua é, para Saussure, a "fonética", mas ela é "história" (51) e identifica-se praticamente com a *lingüística diacrônica* (52), assim como a *lingüística sincrônica* se identifica com a gramática (53).

1.2.5. No entanto, se só existissem mudanças fônicas, a autonomia poderia ser justificada (54). Mas, se as mudanças fônicas podem ser declaradas "assistemáticas" por convenção, por não serem gramaticais, a mesma convenção não é aplicável às mudanças gramaticais, que também existem. Certamente, muitas destas "se resolvem em mudanças fonéticas" (como consequência indireta destas) (55). Entretanto, "uma vez eliminado o fator fonético, encontra-se um resíduo que parece justificar a idéia duma "história da gramática"; é nisso que reside a verdadeira dificuldade" (56). Saussure, pois, reconhece claramente a dificuldade (que, no fundo, é uma contradição); mas não tenta

sequer eliminá-la e, aduzindo apenas razões didáticas, diz tão-somente que "a distinção [separação] entre o diacrônico e o sincrônico deve manter-se sempre". Ou seja, em sua opinião, a convenção acaba por prevalecer sobre a realidade dos fatos.

1.3.1. Encontram-se em Saussure, por conseguinte, uma série de intuições luminosas em relação à mudança lingüística — em particular: a de que a razão da mudança não se encontra no "momento historicamente objetivo" da linguagem (*língua*), mas no seu "momento subjetivo" (*fala*) (57); a interpretação da analogia como "criação sistemática" e o repúdio às "inovações gerais" — e, juntamente com elas, uma série de contradições. E estas últimas não se devem apenas ao ponto de vista que adota, mas também a alguns aspectos essenciais da sua doutrina. a saber: a) a sua identificação entre *estado de língua* e *língua* simplesmente (cf. I, 3.3.1.); b) a sua concepção da língua como "sistema feito", como *εργον*; c) o fato de ter colocado a língua no sétimo céu da "massa" durkheimiana (cf. II, 1.3.1.), que é a sua forma menor de platonismo (58) e que implica a separação entre a língua e a atividade lingüística concreta.

1.3.2. De fato, Saussure admite que a sincronia ("estado de língua") é uma "aproximação", uma "simplificação convencional" (59), e, não obstante, mais de uma vez tende a atribuir-lhe permanência e a identificá-la com "a língua" como tal: "... o sistema de valores considerados em si e esses mesmos valores considerados em função do tempo"; "a língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica" (60). Assim também, considera que "tudo o que se chama "gramática geral" pertence à sincronia" (61) e, como se viu, opõe ao que é "fonético e evolutivo" o

49. CLG, pp. 86 e 201 [Cours, pp. 58 e 164; Curso, pp. 44-45 e 137 (N. T.)].

50. CLG, pp. 232 e 34 [Cours, pp. 194 e 56; Curso, pp. 163-164 e 43 (N. T.)].

51. CLG, p. 84 [Cours, p. 56; Curso, p. 43 (N. T.)]. E é, na realidade, uma incongruência. Se os fonemas fossem meras espécies materiais, e não formas lingüísticas, e se apenas pertencessem à fala, tampouco poderiam ter história, porque a fala não a tem: só a língua a tem. Em termos atuais diríamos que só pode haver *fonologia* histórica ("diacrônica"). Se por *fonética* se entende "ciência fônica da fala", então a "*fonética* histórica" é uma contradição nos termos. As mudanças fônicas, como processos que ocorrem nas línguas, são todas "fonológicas". Existem *inovações fonéticas*, mas não *mudanças fonéticas*.

52. CLG, p. 232 [Cours, p. 194; Curso, p. 163 (N. T.)]: "A fonética, e toda a fonética, constitui o primeiro objeto da lingüística diacrônica."

53. Cf. CLG, p. 223 [Cours, p. 185; Curso, p. 156 (N. T.)].

54. Cf. CLG, p. 232 [Cours, p. 194; Curso, p. 164 (N. T.)]: "Se a evolução da língua se reduzisse à dos sons, a oposição dos objetos próprios às duas partes da lingüística seria de pronto evidente: ver-se-ia claramente que diacrônico equivale a não gramatical, assim como sincrônico a gramatical."

55. CLG, pp. 232-233 [Cours, p. 185; Curso, p. 164 (N. T.)].

56. CLG, pp. 234-235 [Cours, p. 196; Curso, p. 166 (N. T.)].

57. Cf. A. PAGLIARO, *Il segno vivente*, p. 119.

58. Cf. "Forma e substância", p. 61.

59. CLG, p. 177 [Cours, p. 196; Curso, p. 166 (N. T.)].

60. CLG, pp. 147 e 157 [Cours, pp. 116 e 124; Curso, pp. 95 e 102 (N. T.)].

61. CLG, p. 175 [Cours, p. 141; Curso, p. 117 (N. T.)]. Na realidade, a "gramática geral" refere-se ao plano universal do falar (cf. II, 2.1.), o único em que é possível definir as unidades e funções lingüísticas. Cf. "Logicismo e antilogicismo", p. 21; "Determinação e entorno", pp. 32-33 e n. 63; e, nesta obra, III, n. 42. Não se deve confundir o plano da teoria com o plano da descrição idiomática.

que é “gramatical e permanente” (cf. n. 47). Para Saussure o sistema é, no fundo, um estado; e o estado é, de alguma maneira, estável. E, certamente, a diacronia revela-se estranha ao sistema e incompreensível se se atribui “permanência” à sincronia e se o “em si” da língua é identificado com um momento da sua história. É que, na realidade, um sistema lingüístico em uso é sempre sincrônico em dois sentidos: no sentido de que, a todo instante, cada um dos seus elementos está em relação com outros, e no sentido de que o próprio sistema está sincronizado com os seus usuários (cf. 1.2.1.). Mas, precisamente por esta última razão, não é estático, e sim dinâmico. Ademais, a “estaticidade”, apesar do aparente paradoxo, não é um fato sincrônico, mas diacrônico: para comprová-la é necessário mover-se na linha do tempo (cf. I, 3.3.1.).

1.3.3. A mudança é para Saussure “deterioração”, “perturbação”, “luta duma força cega contra a organização do sistema”, precisamente porque a sua concepção da língua é, no fundo, a de um sistema fechado, “feito” de uma vez por todas: uma “abstração coisificada”. Tal concepção, que tem a sua origem próxima em Schleicher, revela-se plenamente na comparação entre a língua e o sistema planetário: “É como se um dos planetas que giram ao redor do Sol mudasse de dimensões e peso: esse fato isolado acarretaria conseqüências gerais e transformaria o equilíbrio de todo o sistema solar” (62). Trata-se, evidentemente, de uma paráfrase da famosa afirmação de Copérnico, segundo a qual no sistema solar tudo está relacionado e vinculado de tal maneira “ut in nulla parte possit transponi aliquid sine reliquarum partium ac totius universitatis confusione”. Mas a analogia é muito inadequada. A língua não é um sistema de coisas, mas um “sistema técnico”, de modelos e modos de fazer (cf. II, 3.1.3.); e não é um sistema fechado, mas aberto (cf. IV, 4.1.1.). Por isso, nos sistemas lingüísticos é possível introduzir novidades “sine totius universitatis confusione”. É verdade que toda mudança modifica de alguma ma-

neira o sistema ou, pelo menos, o seu equilíbrio; mas não o desorganiza: como assinala o próprio Saussure, a mudança não é “global” (cf. 1.2.3.). De fato, a língua é um sistema complexo, de muitas estruturas encaixadas umas nas outras, de modo que, por exemplo, uma mudança dentro de um paradigma não afeta necessária e imediatamente as relações entre este paradigma e os outros paradigmas da mesma ordem, nem as relações internas destes últimos. Do contrário, toda mudança implicaria uma revolução e o sistema careceria de continuidade. Assim também, a mudança não leva à inevitável decadência e ruína das línguas, como pensava Schleicher, justamente porque não é “deterioração” mas “reconstrução”.

1.3.4. Por último, Saussure percebe que a língua muda pela fala (cf. 1.2.2.) e, mais ainda, vê que o momento fundamental da mudança é a “adoção” (63). Não obstante, as mudanças ocorrem para ele entre os “estados de língua” e fora do sistema, porque a sua fala — sendo um fato “individual”, e não “social” — é uma realidade desligada da língua (64). Saussure não ignora os efeitos sistemáticos das mudanças e até observa que os fatos diacrônicos não têm disposição linear, mas sim que eles se redistribuem continuamente em sistemas distintos (cf. VI, n. 82); mas a própria redistribuição é um resultado: o processo correspondente realiza-se fora da língua, na qual “as mudanças que ocorrem entre os estados não têm lugar algum” (cf. 1.2.1.). Ou seja, Saussure considera apenas a “mudança acabada”, a mudança como *mutação*, e ignora o *mudar* como tal, a mudança em marcha (65). A mudança saussuriana é substituição de um elemento por outro: para que na língua haja um

63. CLG, p. 64 [Cours, p. 37; Curso, p. 27 (N. T.)]: “são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos”.

64. Cf. II, 1.3.1. e SNF, pp. 29-30.

65. A este propósito, R. S. WELLS, Art. cit., p. 23, observa que Saussure descarta as mudanças de freqüência, considerando-as “fatos sincrônicos”, já que não mudam a língua. Na realidade, não mudam o sistema, mas mudam a norma, isto é, o equilíbrio do sistema (cf. II, 3.1.3); e uma mudança do sistema é, precisamente, um deslocamento total da norma. Cf. SNF pp. 64-65.

62. CLG, p. 154 [Cours, p. 121; Curso, p. 100 (N. T.)].

fator novo, é necessário que o velho lhe ceda seu lugar (cf. 1.1.3.). E não na língua entendida como técnica lingüística de cada falante (o que seria aceitável: cf. II, n. 53), mas, precisamente, na "língua da massa". De fato, segundo Saussure, "na história de toda inovação encontram-se sempre dois momentos distintos: 1.º aquele em que ela surge entre os indivíduos; 2.º aquele em que se tornou um fato de língua, exteriormente idêntico, mas adotado pela comunidade" (66). Cabe, portanto, perguntar onde se encontra a mudança entre estes dois momentos. "Na fala", responderia provavelmente Saussure (67). Mas assim se cai numa grave aporia, pois quantos indivíduos são necessários para constituir "massa" ou "coletividade"? Suponhamos uma comunidade lingüística mínima de dez indivíduos. Quantos indivíduos deverão aceitar uma inovação para que ela se torne "fato de língua"? Quatro, cinco, a maioria, ou todos? E se os dez jamais a aceitam e o sistema primitivo fica dividido em dois "dialetos"? A verdade é que o "segundo momento" de Saussure não existe como tal: é a série de momentos correspondentes aos atos individuais de adoção do fato lingüístico novo como "modelo", ou seja, como fato de língua (cf. III, 3.2.2.); e a "inovação" começa a pertencer à língua a partir do momento em que começa a "se difundir", isto é, a ser adotada como pauta expressiva pelos falantes. Estão aqui em conflito as duas oposições saussuriana entre *língua* e *fala* (68): a essencial e genuína entre o que é "virtual" e o que é "atual", e a quantitativa e espúria entre o que é "social" e o que é "individual". Saussure observa que "nada entra na língua sem ter sido antes ensaiado na fala" (69); mas o que se está ensaiando já é "língua" e não simplesmente "fala", e o que é "prática exclusiva de certo número de indivíduos" (cf. n. 39) já pertence à língua destes indivíduos e já entrou no "uso" (70). Para manter a antinomia

entre sincronia e diacronia — entre "sistema" e mudança —, Saussure sacrifica a variedade da língua histórica (71) e tenta rechaçar o diacrônico para o terreno da *fala* (separada da *língua* mediante outra antinomia). Mas esta é uma contradição nos termos, pois a fala, sendo "ocasional" e "momentânea", carece de continuidade: é por excelência "sincrônica" (cf. n. 51). E é uma contradição também dentro do sistema de Saussure, pois a sua "lingüística diacrônica" é, precisamente, uma "ciência da língua", e não da fala (72). Portanto: é a língua que muda, mas a mudança não pode ser estudada na língua, porque é "exterior ao sistema"; seria necessário estudá-la na fala, mas isso é impossível, porque a fala não é "diacrônica". Não se pode sair deste círculo, se se aceitam as teses saussurianas. E, de fato, Saussure não entende que haja propriamente um estudo da mu-

71. Recorde-se que o "estado de língua" saussuriano é uma "simplificação convencional" e que Saussure reconhece explicitamente as dificuldades, tanto temporais quanto espaciais, que se apresentam para a sua delimitação (CLG, p. 177 [Cours, p. 143; Curso, p. 113 (N. T.)]). Pois bem — exatamente ao contrário do que com tanta freqüência se pensa —, as simplificações convencionais justificam-se e revelam-se inofensivas na "prática", na investigação empírica e na descrição sistemática; mas não são admissíveis na teoria, que deve tentar compreender a realidade de modo cabal. Pelo menos, a teoria não deve olvidar as simplificações operacionais que realizou e não deve confundir as convenções com a realidade. E, certamente, numa "simplificação convencional", numa "noção aproximada" uma antinomia real não pode ser fundamentada.

72. A. SECHÉHAYE. "Les trois linguistiques saussuriennes". *Vox Romanica*, V, 1940, pp. 7-9, afirma justamente que a antinomia entre sincronia e diacronia é superada pela fala, que, de alguma maneira, participaria de ambas, por ser ao mesmo tempo utilização e superação da língua. Sem dúvida. Mas trata-se de averiguar como se supera a antinomia na língua e em seu estudo, e não simplesmente como se resolve na atividade lingüística, onde, na realidade, a antinomia não existe nem foi presumida. Que a fala supera a língua e lhe é, num sentido, anterior, assinala-o o próprio Saussure: "a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato de fala vem sempre antes" (CLG, p. 64 [Cours, p. 37; Curso, p. 27 (N. T.)]). Por isso, o que Sechéhaye assinala é apenas o ponto de partida para a superação, e não a própria superação da antinomia. De fato, a mudança ocorre pela fala, mas ocorre na língua. E o problema da mudança é, precisamente, um problema "de língua", e não "de fala"; na fala podem ser estudadas as "inovações", mas não a mudança (cf. III, 3.2.1.). É verdade, entretanto, que o começo da mudança (e da língua) é o falar; e não o falar "heterogêneo", mas o falar que se constitui como língua. A este propósito, cabe recordar a profunda intuição de Saussure de que a faculdade da linguagem é, no fundo, "a faculdade de constituir uma língua, isto

66. CLG, p. 173 [Cours, p. 139; Curso, p. 115 (N. T.)].

67. Não é uma simples ilação; cf. CLG, p. 172-173 [Cours, pp. 138-139; Curso, pp. 114-115 (N. T.)].

68. Cf. *SNF*, p. 24 e ss.

69. CLG, p. 271 [Cours, p. 231; Curso, p. 196 (N. T.)].

70. Dessa maneira, a mudança é a negação patente da "língua da massa", visto que deve começar num indivíduo e estender-se a outros; mas, ao mesmo tempo, é também a confirmação do caráter "social" da língua, em seu sentido genuíno (cf. II, 1.3.3.).

dança: sua "diacronia" (fonética histórica) é mero registro de mudanças ocorridas (73).

1.3.5. Em conclusão: Saussure, preocupado em estabelecer firmemente a sincronia e em distinguir o ponto de vista sincrônico e o diacrônico, não percebe que a diferença entre ambos é apenas de perspectiva e não tenta reconciliá-los. Ao contrário, transforma a diferença de perspectiva numa insustentável antinomia real, sem perceber que o "fato diacrônico" é na realidade a produção dum "fato sincrônico" e que a "mudança" e a "reorganização do sistema" não são dois fenômenos diversos, mas um único fenômeno (74). Com freqüência se considera a doutrina saussuriana como o oposto do chamado "atomismo" dos neogramáticos. Mas isso é apenas parcialmente exato, já que Saussure não se opõe aos neogramáticos no campo próprio destes. À diacronia "atomista", Saussure opõe a sistematicidade da sincronia; mas na história lingüística — ou seja, no campo próprio dos neogramáticos —, não apenas se opõe ao "atomismo" como também tenta torná-lo radical e justificá-lo teoricamente. Sua diacronia é muito mais "atomista" que a *Sprachgeschichte* de Paul (75).

é, um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas" (CLG, p. 53 [Cours, p. 26; Curso, p. 18 (N. T.)]). De fato, mesmo os atos de fala absolutamente "inéditos" já são por sua finalidade "língua", dado que são "para outro" (cf. III, 2.3.4.). No mesmo sentido, e não no sentido estritamente saussuriano, cabe interpretar também a afirmação de Saussure de que "não é ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem" (CLG, p. 53 [Cours, p. 27; Curso, p. 18 (N. T.)]).

73. Cf. CLG, p. 64 [Cours, p. 37; Curso, pp. 26-27 (N. T.)]; "pode ser interessante pesquisar as causas de tais mudanças, e o estudo dos sons nos ajudará nisso; todavia, não é coisa essencial: para a ciência da língua bastará sempre comprovar as transformações de sons e calcular-lhes os efeitos".

74. A. ALONSO, em seu prólogo ao CLG, p. 10, nota, diz que: "como conjunto e estilo mental, as antinomias de Saussure procedem de Hegel através do lingüista hegeliano V. Henry"; e talvez assim seja. Mas a semelhança entre Saussure e Hegel não vai muito longe. As antinomias de Hegel resolvem-se continuamente na plenitude concreta e dinâmica do real; em troca, as de Saussure são abstratas e permanecem irreduzíveis.

75. O mesmo A. ALONSO, *Prólogo*, p. 20, considera que, da antinomia saussuriana, "continua em sua plena validade o duplo ponto de vista para o duplo estudo: no sincrônico o do falante, que vive internamente o funcionamento da sua língua; no diacrônico, o externo do historiador, que contempla as suas transformações sucessivas". É esta, sem dúvida, o verdadeiro alcance real da distinção (cf. I, 2.3.1.); mas neste sentido ela não é saussuriana. Não se deve esquecer que a diacronia de Saussure não é história e que, em termos de disciplinas lingüísticas, a sua antinomia se reduz em última análise à oposição entre fonética histórica e gramática descritiva.

2.1. No fundo, a antinomia entre sincronia e diacronia parece ser a expressão da insuperável dificuldade encontrada por Saussure para conciliar o significativo ("espiritual") e o material da linguagem e, por outro lado, a manifestação de um conflito íntimo no próprio Saussure, entre a sua aguda visão da realidade lingüística e a insegurança do seu conceito de língua. De fato, Saussure ocupa um lugar destacado na história da lingüística, não apenas pelos muitos e indubitáveis valores da sua doutrina, mas também por representar nela um momento de crise. Saussure é, não obstante, um lingüista "naturalista" e, ao mesmo tempo, com ele o "naturalismo entra em crise. Por um lado, Saussure continua a conceber a língua como "objeto natural", isto é, como objeto exterior ao homem (pois este, e não o que é genuinamente "social", é o sentido da "língua da massa"; cf. II, 1.3.2.); por outro lado, intui a sua essencial historicidade (cf. 1.1.2.) e, ao considerar a "língua em funcionamento", entende-a como técnica concreta (e histórica) do falar — ou seja, no fundo, como "objeto cultural" —, embora sem perceber que a "língua em funcionamento" é propriamente fala (76). Ademais, com o conceito de "valor" (77) — que, lamentavelmente, não interpreta como *valor cultural* (o que lhe teria permitido resgatar também o material da linguagem) —, afasta-se do naturalismo em outro sentido, mas num sentido tangencial, em relação à realidade cultural da língua, pois tende a interpretar os sistemas lingüísticos como "objetos matemáticos". Nesse mesmo sentido se orientam as suas teses de que "a língua é uma forma e não uma substância" (78) e de que "na língua há apenas diferenças, sem termos positivos" (79). Dessa maneira, a lingüística saussuriana

76. Costuma-se dizer que Saussure descurou a "lingüística da fala". Isso não é inteiramente exato: em seus capítulos sobre o funcionamento da língua (CLG, II, 5-6, pp. 207-222 [Cours, pp. 170-184; Curso, pp. 142-155 (N. T.)]), encontram-se ótimos exemplos de uma tal lingüística. Assim, no caso do esquema associativo da palavra ensinamento (p. 212 [Cours, p. 175; Curso, p. 146 (N. T.)]), não se trata propriamente de relações "na língua", mas de relações entre uma palavra dita e o seu "contexto idiomático"; cf. "Determinação e entorno", p. 48.

77. CLG, p. 191 [Cours, p. 155; Curso, p. 130 (N. T.)] e ss.

78. CLG, p. 206 [Cours, p. 169; Curso, p. 141 (N. T.)]. "Forma e substância", 66-67.

79. CLG, p. 203 [Cours, p. 166; Curso, p. 139 (N. T.)]. A tese da negatividade das unidades lingüísticas fundamenta-se numa confusão de planos de abstração: o "ser unidade lingüística em geral" é o único que comporta "diferenças" (o fato de uma unidade não se confundir com outras), e não o "ser tal unidade determinada em tal sistema determinado". Com o seu exemplo da letra t (CLG, p. 202 [Cours, p. 165; Curso, p. 138 (N. T.)]), Saussure se refere às condições do "ser letra" e não às condições do "ser a letra t" (se bem que na demonstração gráfica se trate, precisamente, destas últimas), pois em sentido concreto (particular) "diferença" significa limites

pôde tomar rumos às vezes muito diferentes (80), se bem que sempre de acordo com estes ou aqueles motivos essenciais da múltipla doutrina de Saussure sobre a língua.

2.2. A escola genebrina (Bally, Sechehaye, Frei) concentrou sua atenção especialmente sobre os modos de funcionamento da língua, sobre a língua como técnica do falar; e dado que o "funcionamento da língua" é propriamente fala, não é de estranhar que os genebrinos tenham desenvolvido, precisamente, uma "lingüística da fala". Tal enfoque permitiu-lhes observar e estudar o mecanismo de transformação da língua em falar e a relação do material oferecido pela língua para diversos momentos expressivos (atualização, "estilística da língua"), a fala como utilização da língua (*parole organisée*) e a separação "sistemática" da "norma" mediante o falar em seus aspectos incipientes e multiformes, ainda não selecionados historicamente (*grammaire des fautes*). "Sincronia", sem dúvida, mas uma sincronia movediça, viva, pulsante. Entre as escolas saussurianas, a genebrina é a que está mais perto da compreensão da língua como "objeto cultural", a que está mais atenta aos matices significativos e aos seus valores subjetivos, a que está mais disposta a registrar e valorizar a múltipla variedade "vertical" (cf. VI, n. 67) e "estilística" da língua. Mas, precisamente esses aspectos altamente positivos de seu enfoque — em conjunto com a insuficiente integração do material na sistematicidade da linguagem e com o desinteresse pela variedade "espacial" — impediram os genebrinos de saírem do âmbito do fazimento cotidiano e genérico da língua e de se colocarem na perspectiva em que esse fazimento é visto como processo histórico (81).

determinados de variabilidade na realização de uma unidade funcional, (cf. n. 8). Assim também, para que um fonema seja fonema, basta que se oponha a outros, que seja "o que os outros não são"; mas, para que seja tal fonema e não outro, deve possuir uma "identidade consigo mesmo", que é algo positivo; cf. "Forma e substância", p. 53. Por exemplo, esp. /b/ é fonema porque se distingue dos demais fonemas espanhóis; mas é o fonema /b/ — e não /t/, /g/, /o/, etc. — porque corresponde a uma zona determinada de funcionalidade e, por conseguinte, de realização fônica. Ademais, não apenas na lingüística mas em geral uma "classe" é classe porque se distingue de outras; e é tal classe determinada pela coesão interna que a constitui e a opõe a outras: é absurdo pretender que os gatos são gatos apenas porque não são cães. Num sentido mais profundo, a afirmação de que "na língua há apenas diferenças, sem termos positivos" significa que na linguagem a coesão interna das "classes" é determinada pela unidade de função e que os "limites" não existem como tais (na "substância") antes de serem estabelecidos pela forma lingüística; cf. "Forma e substância", p. 32 e ss.

81. Cf. SNF, pp. 30-31, n. 2.

82. Há também um aspecto que com frequência chega a ser negativo, e é o de querer manter e defender a todo custo a "ortodoxia" saussuriana e de con-

2.3. A glossemática, ao contrário, tendo se concentrado no estudo das estruturas lingüísticas abstratas, separadas não apenas do falar como tal, mas, em geral, de qualquer realização numa "substância", tomou decididamente o rumo da interpretação da língua como "objeto matemático" (82). De fato, a "língua" de Hjelmslev é uma "rede de funções" — entendidas, estas, no sentido matemático, como relação entre "funcionais" —, um objeto puramente formal, independente de sua manifestação numa "substância" qualquer (fônica, gráfica, etc.). O próprio eixo da glossemática é a tese saussuriana de que "a língua é uma forma e não uma substância" e a conseguinte redução da língua a estrutura puramente "formal" (relacional): tudo o que não é "forma pura", no sentido glossemático, não é propriamente "língua" (*esquema*), mas realização, "fala" (*uso*) (83), e, com respeito à forma pura, é "substância"; assim, por exemplo, a língua fônica é uma "substância", em relação ao esquema que manifesta. Mas este eixo não é muito sólido. Em primeiro lugar, na própria doutrina glossemática, a substância do "conteúdo" (substância semântica) não pode ocupar uma posição simétrica em relação à substância das "expressões". Pode haver várias substâncias de realização e, em certo sentido, a língua pode ser concebida como "independente" de uma substância particular (ainda que não de qualquer substância) (84). Mas há apenas uma substância do "conteúdo" e, em relação a ela, a forma lingüística não pode, evidentemente, ser entendida como independente. Em termos glossemáticos, diríamos que, com a substância do "conteúdo", a forma lingüística contrai uma função de "interdependência" (relação entre duas constan-

siderar como incompreensão ou ataque qualquer discrepância com o mestre. Saussure disse tantas coisas profundas e suscetíveis de desenvolvimento que, realmente, não é necessário defender-lhe também as falhas e as desculpáveis incongruências.

82. Para uma discussão crítica dos princípios da glossemática, cf. "Forma e substância", p. 38 e ss. Encontrar-se-ão aí também as necessárias referências bibliográficas. Ver, ademais, a exposição de B. SIERTSEMA, *A Study of Glossematics*, Haia, 1955, e, no que se refere particularmente ao problema de forma e substância F. HUNTZE, "Zum Verhältnis der sprachlichen 'Form' zur 'Substanz'", *Studia Linguística*, III, 1949 pp. 86-105.
83. Precisamente neste sentido L. HJELMSLEV, "Langue et parole". *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 2, 1942, pp. 32-33, 40 e 43-44, interpreta e corrige a distinção saussuriana. Cf., do mesmo autor, *Prolegomena*, pp. 51-52 e 68; e "La stratification du langage", *Word*, X, 1954, p. 188, em que se distinguem, por um lado, o "esquema" e, pelo outro a "norma", o "uso" e a *parole* propriamente dita.
84. Mesmo neste plano a substância pode ser "indiferente" apenas em relação a outra substância, e não em relação à forma, como parece entender Hjelmslev. A relação de "determinação" (constante variável) estabelece-se entre a forma e uma substância particular (que pode ser esta ou aquela); mas entre a forma e a substância há "interdependência", pois a forma lingüística é sempre "forma de substância".

tes) (85), pois não pode se realizar nem ser concebida sem ela: não há língua sem significação. Em segundo lugar, a própria substância da "expressão" não é de maneira alguma indiferente. A distinção entre "forma" e "substância", introduzida na lingüística por Humboldt (86), não é outra coisa senão a conhecida distinção aristotélica entre *μορφή* e *ὕλη*. Pois bem, combinando esta distinção com a distinção estabelecida por Vico entre os tipos fundamentais de objetos — e que, por outro lado, já se encontra esboçada no próprio Aristóteles (87) — pode-se afirmar que: a) nos *objetos naturais*, a forma é determinada pela substância: estes objetos são substâncias que assumem uma forma; por exemplo, uma substância determinada cristaliza numa determinada maneira; b) nos *objetos matemáticos*, a substância eventual é totalmente indiferente: eles são formas puras que não dependem de maneira alguma da sua eventual realização numa substância; e c) nos *objetos culturais*, a substância é determinada (escolhida) pela forma: eles são formas que assumem uma substância. Nestes objetos, entre os quais está também a linguagem, a substância não é indiferente e não pode ser ignorada (88); e isso não porque fosse "determinante", mas, precisamente, porque é determinada pela forma: porque a forma escolhe a substância que lhe convém, contando de antemão com as possibilidades da substância escolhida (88 bis). Encontramo-nos, novamente, em situações aná-

logas na linguagem e na arte: uma estátua é, certamente, uma "forma", mas é concebida desde o início como forma organizadora duma substância determinada; é concebida para o bronze, para o mármore, a madeira ou a pedra, e não para uma matéria qualquer. É verdade que uma forma pode ser trasladada parcialmente para outra substância; por exemplo, de uma estátua de mármore se pode fazer uma cópia em bronze. Mas, no novo material, a forma deixa de ser "a mesma": a realização em substâncias diferentes implica uma diversidade também de forma, e não apenas de substância. O próprio Hjelmslev reconhece que, "no caso normal de uma língua como o francês ou o inglês", a análise fonemática e grafemática daria como resultado duas "formas semióticas" distintas. Mas, para demonstrar a independência da "forma", recorre a casos "anormais", como o de uma pronúncia e da correspondente transcrição fonológica (89), sem perceber que estes casos são convencionais, que por uma convenção explícita foi estabelecido que a substância secundária seja considerada como manifestação precisamente desta forma e não de outra. E mesmo nestes casos, o que se traslada à grafia não é toda a forma fônica mas apenas aquela parte que se decide considerar trasladada e que os meios gráficos podem representar (90). Isso significa que a substância é "indiferente" apenas quando (e na medida em que) é conveniente que o seja. Por isso, ignorar a substância e considerar apenas a chamada "forma pura" (91) significa reduzir *convencionalmente* a língua a "objeto matemático". Isso não é grave, se é feito de maneira explicitamente convencional, pois todos os objetos, inclusive os culturais, podem ser estudados matematicamente, como objetos matemáticos. Mas torna-se grave, se se pretende que esta maneira de considerar a língua é "a mais apropriada" (ou a única apropriada) e corresponde à realidade efetiva do objeto estu-

85. A forma e a substância do "conteúdo" são constantes como "funcivos" da sua relação de interdependência no sentido de que não se realiza sem a outra (ou seja, no sentido de que há unidade entre linguagem e pensamento); mas, em relação à identidade de cada uma consigo mesma, elas são "variáveis", e as duas se determinam (influem) reciprocamente.

86. Cf. *Sprachbau*, em particular pp. 47-49.

87. Cf., por exemplo, *Physica* II. 2.

88. F. J. WHITFIELD, "Linguistic Usage and Glossematic Analysis", em *For Roman Jakobson*, Haia, 1956, p. 671, numa discussão muito compreensiva e amistosa sobre alguns pontos de minha interpretação da glossemática. Faz-se notar que Hjelmslev distingue entre "matéria" como tal (*purport*) e "substância" (*substance*), matéria formada lingüisticamente. A observação é exata. Mas, em primeiro lugar — devido, em parte, à assimetria entre o plano do conteúdo e o plano da expressão —, o emprego do termo *purport* não é conseqüente nos *Prolegomena* e, em geral, na glossemática: em relação ao conteúdo, *purport* aplica-se à "matéria" não-formada e incognoscível (ao chamado "pensamento amorfo"); em relação à expressão, aplica-se à matéria já formada e conhecida (fônica, gráfica, etc.). Em segundo lugar, a glossemática pretende que na análise da forma lingüística se ignore, precisamente, a "matéria que manifesta a forma" ("substância"), e não apenas a matéria como tal. Cf. *Prolegomena*, pp. 50 e 67-68.

88.bis. Cf., a propósito, a precisa formulação de M. HEIDEGGER, *Der Ursprung des Kunstwerkes*, trad. esp. *El origen de la obra de arte*, em M. H., *Arte y poesía*, México, 1958, p. 42: "Aqui [nos objetos feitos intencionalmente] a forma como contorno não é a conseqüência de uma distribuição da matéria [como nos objetos naturais]. Ao contrário, a forma determina o ordenamento da matéria. E mais, predetermina também em cada caso a escolha e a classe da matéria".

89. "La stratification", p. 174. Cf. também *Prolegomena*, p. 66.

90. Cf. "Forma e substância", pp. 57-59.

91. F. J. WHITFIELD, *Art. cit.*, pp. 674-675, observa que a glossemática não exclui na prática a referência à substância e que a própria análise da substância (como "uso lingüístico") não é excluída, mas apenas relegada a outros planos da investigação, ulteriores à análise "esquemática". Mas, isso não significa reconhecer na prática o que se negou teoricamente, ou seja, que a língua não é mera forma? Cabe observar que, quando se trata efetivamente de formas puras (e é o caso dos objetos matemáticos), o problema da substância não é colocado de maneira alguma e em plano algum. Por outro lado, minhas objeções à glossemática não são de índole prática, mas teórica: referem-se à concepção glossemática da língua. A língua não é mera forma, nem uma forma organizada entre duas substâncias, mas uma forma organizadora de substância. Em "Forma e substância" insistiu-se especialmente no fato de que o mórfico da língua não pode ser conhecido e descrito sem referência ao hilético. Mas isso ocorre porque o mórfico se realiza no hilético e o hilético é compreendido dentro da forma que o organiza. A substância não pode ser ignorada porque, sendo determinada (escolhida) pela forma, é íntegra.

dado (92), pois isso implica reduzir *realmente* um objeto cultural a objeto matemático, isto é, transformar a língua numa coisa diferente do que é (93). De qualquer maneira, quanto ao que aqui nos interessa, o fato de enfocar a língua como objeto matemático — ou seja, como estrutura, não simplesmente sincrônica, mas permanente, estática, atemporal — impede a glossemática de ver a historicidade e o dinamismo dos sistemas lingüísticos e de colocar o problema da mudança. A glossemática propôs-se a tarefa inteiramente legítima e essencial de comprovar o *como* constante dos sistemas: “aquilo que faz que uma língua seja língua” e possa funcionar como tal. Cabe apenas perguntar se esse “como” não deve incluir também a justificação da mudança, que, já do ponto de vista empírico, é o que distingue as línguas dos sistemas pseudo-lingüísticos. Uma teoria adequada da língua não pode se limitar a ser mera metodologia da descrição. Sem

92. É esta a opinião de Hjelmslev, que considera que a sua concepção da “língua” corresponde à acepção corrente do termo (cf. “Langue et parole”, p. 36) e declara textualmente que o “esquema” é uma realidade (*Ibid.*, p. 43). Na glossemática é muito notável a tendência para considerar as convenções como realidades. Entretanto, o próprio Hjelmslev, “Langue et parole”, p. 43, escreve: “la logique moderne nous a suffisamment instruits sur les dangers qui résident dans une méthode tendant à hypostasier les concepts et à en vouloir construire des réalités. A notre avis certains courants de la linguistique moderne se réfugient à tort dans un réalisme mal fondé au point de vue de la théorie de la connaissance; il y aurait avantage à redevenir nominalistes” [“a lógica moderna advertiu-nos suficientemente sobre os perigos que residem num método que tem a tendência de hipostasiar os conceitos e de pretender constituir-lhes realidades. A nosso ver, algumas correntes da lingüística moderna refugiam-se injustificadamente num realismo mal fundamentado do ponto de vista da teoria do conhecimento; seria até mais proveitoso elas voltarem a ser nominalistas” (N.T.)]. Isso pode parecer estranho procedendo de um estudioso que pretende elaborar uma teoria da língua com base numa hipótese, isto é, numa convenção, e que, em certo momento (“The Syllable as a Structural Unit”, em *Proceedings of the Third International Congress of Phonetic Sciences*, Gand, 1939, p. 270), chega a afirmar que o francês não tem sílabas, simplesmente porque não as tem no sentido em que as quer definir a glossemática. Mas, na realidade, não é estranho, pois “realistas”, no sentido em que Hjelmslev emprega o termo, são, precisamente, os nominalistas. Contudo, a declaração de Hjelmslev não deixa de surpreender, pois o estruturalismo, em seu sentido mais profundo e genuíno, deveria ser exatamente o contrário do nominalismo; cf. H. J. Pos, “Perspectives du Structuralisme”, *TCLP*, VIII, pp. 71-73.
93. O “matematisismo” glossemático conserva, entretanto, resíduos naturalistas. Assim, Hjelmslev diz que os “functivos” descobertos pela análise do esquema poderiam ser considerados entidades de natureza física (*Prolegomena*, p. 79). Mas isso é muito difícil: não se percebe que natureza física poderiam ter, por exemplo, os cenemas. Sobre esse pretensão de não saber o que são os termos da língua (como se se tratasse de um objeto exterior), cf. VI, n. 22. O próprio Hjelmslev, *Prolegomena*, p. 14, trata com certa ironia o “realismo ingênuo” que considera os objetos como objetos e não como interseções de dependências. Entretanto, o “realismo ingênuo” tem as suas razões, pois, no caso da língua, não se trata de objetos postulados, mas de objetos feitos pelo homem.

dúvida, “para cada processo [discurso] há um sistema correspondente” (94); mas, para cada sistema lingüístico, há também um processo histórico, um “desenvolvimento”; por isso, o sistema deve ter características tais que tornem compreensível e não contraditório o desenvolvimento.

2.4. Só a fonologia praguense, tendo concentrado a sua atenção para o ponto crítico do sistema de Saussure (o do material fônico da língua) e tendo alcançado a integração do material na sistematização, tirou conseqüentemente a conclusão que isso implicava para a antinomia saussuriana e afirmou desde o princípio a necessária interdependência entre sincronia e diacronia. Mas, por manter a concepção da língua como “objeto exterior”, caiu facilmente na ilusão da “causalidade” ou da “finalidade objetiva” (teleologia) do sistema. Dessa maneira, corre-se o risco de substituir a língua que “se impõe aos falantes” pela mudança que se lhes imporia como necessidade externa. De fato, na fonologia há uma superação do naturalismo no que é particular (dado que cada elemento do sistema vale por sua função); mas a mesma superação não foi alcançada ainda no nível histórico, em relação à língua na sua totalidade, que continua sendo entendida como “produto”, e não como técnica intrínseca da atividade lingüística. Donde o sentido que alguns fonólogos querem atribuir à distinção entre os fatores “internos” e os “externos”, e o fisicismo das mudanças afuncionais (“fonéticas”) admitidas ainda pela fonologia e que, na realidade, não podem ser admitidas. A isso se acrescenta o fato de que, por manter a outra antinomia saussuriana, entre “língua” e “fala”, e pela necessária redução que todo estudo estrutural implica (cf. VI, 4.3.3.), a fonologia continua apresentando a mudança como fenômeno que ocorre *entre* os estados de língua. Sem dúvida, o estruturalismo diacrônico, depois do impulso inicial dado por Jakobson, já conquistou uma visão dinâmica da língua, mormente por obra de A. Martinet (95). Mas trata-se, todavia, de uma dinamicidade comprovada, “de fato”, sem plena justificação teórica. O estruturalismo diacrônico deve dar um passo a mais e perceber que a língua não é dinâmica porque muda — ou seja, porque a mudança é um “fato” —, mas muda porque a sua natureza é dinâmica: porque a linguagem é atividade livre, isto é, criadora. Ademais, — livrando-se de todo causalismo, deve rechaçar por completo a concepção da língua como sistema realizado em que aconte-

94. *Prolegomena*, p. 5.

95. Cf. a sua declaração explícita neste sentido, *Économie*, p. 194. Entre os lingüistas que não procedem do idealismo, Martinet é hoje o que está mais perto da concepção da linguagem *ἐπέχειν* E até, em certos aspectos, mais do que alguns estudiosos que se chamam idealistas e que continuam trabalhando com fragmentos de língua amorfos e afuncionais.

com mudanças e chegar a conceber a mudança como fazimento do sistema. Finalmente, de acordo com o que os seus próprios descobrimentos implicam, deve deixar de ser simples "diacronia" e transformar-se em *história estrutural*.

3.1.1. De fato, do ponto de vista teórico, a antinomia saussuriana é superada em sentido radical apenas mediante a concepção da linguagem como *ἐπέργεια*, ou seja, entendendo a mudança não como simples modificação de um sistema já dado, mas como contínua construção do sistema. Empiricamente, parte-se do sistema para explicar a mudança: considera-se o sistema como dado e a mudança com problema. Mas, a rigor, e racionalmente, cabe inverter os termos, já que o "constituir" de um modo lingüístico é anterior ao seu "estar constituído". É necessário partir da mudança para entender a formação do sistema (não para descrever *um* sistema, em *um* momento determinado), pois a realidade do sistema não é, certamente, menos problemática que a realidade da mudança. Ou melhor, é necessário partir do fazimento da língua em geral (que inclui também o seu refazimento). À pergunta "como é tal sistema?", responde-se descrevendo o mesmo sistema em sua atualidade; e as respostas deste tipo podem ainda ser generalizadas, para chegar a estabelecer como costumam ser em geral os sistemas lingüísticos. Mas, à pergunta "por que existe sistema?", só se pode responder dizendo que o sistema existe porque é feito. Por conseguinte, se a língua é a todo instante sistema e se a todo instante "a encontramos mudada", isto significa que muda como sistema, ou seja, que é feita sistematicamente (cf. IV, 2.3.). É isto implica, como já se viu, em definitivo, que a atividade mediante a qual a língua é feita é ela própria sistemática (cf. III, 4.4.7.): "aquilo pelo qual a língua é língua" não é simplesmente a sua estrutura (que é apenas a condição do seu funcionamento), mas a atividade lingüística que a cria e a mantém como tradição. Pois bem, se a mudança é entendida como fazimento sistemático da língua, é evidente que não pode haver nenhuma contradição entre "sistema" e "mudança" e, mais ainda, que não cabe sequer falar de "sistema" e "movimento" — como de coisas opostas —, mas apenas de "sistema em movimento": o desenvolvimento da língua não é um perpétuo "mudar", arbitrário e fortuito, mas uma perpétua sistematização. E cada "estado de língua" apresenta uma

estrutura sistemática precisamente porque é um momento da sistematização. Com o conceito de "sistematização" a antinomia entre diacronia e sincronia é superada de maneira radical, já que são eliminadas, ao mesmo tempo, tanto a assistematicidade do diacrônico quanto a pretensa estaticidade do sistemático. E torna-se evidente também que não é necessário eliminar ou ignorar a mudança para entender a língua como sistema, pois a mudança não é alguma coisa oposta ao fato de ser sistema. Ao contrário: a negação da sistematicidade própria dos sistemas lingüísticos — que é sistematicidade dinâmica — é a estaticidade, que, afinal, torna impossível o seu funcionamento como sistemas, transformando-os em "línguas mortas" (cf. II, 1.1.).

3.1.2. Por outro lado, a antinomia saussuriana é superada desse modo no sentido próprio do superar, ou seja, é "estabelecida" como contradição, mas não anulada, dado que se mantém como distinção. Não apenas como distinção de pontos de vista (entre *descrição* e *história*), mas também como distinção real: entre o *funcionamento* e o *fazimento* da língua ou — do ponto de vista de cada falante e da unidade mínima da mudança — entre o *emprego* e a *adoção* de um modo lingüístico. *A língua funciona sincronicamente e é constituída diacronicamente*. Mas estes termos não são antinômicos nem contraditórios, porque o fazimento se realiza com vistas ao funcionamento. Por isso, também os estudos que lhes correspondem, mesmo permanecendo distintos, devem implicar a superação da antinomia como tal.

3.2. A superação prática da antinomia pode ser apenas precária na *descrição*, que, situando-se num "estado", na atualidade dum sistema, não pode se referir a estados pretéritos sem se tornar incongruente: sua tarefa é prestar contas da funcionalidade atual da língua considerada. Entretanto, a própria funcionalidade atual implica uma superação possível do "estado de língua" *para o futuro*. De fato, para os próprios falantes a língua atual não é apenas conjunto de formas já realizadas, modelos utilizáveis enquanto modelos (*norma*), mas também técnica para ultrapassar o realizado, "sistema de possibilidades" (*sistema*) (cf. II, 3.1.3. e IV, n. 32). A descrição, portanto, deve prestar contas das possibilidades abertas, de tudo aquilo que é "pauta

produtiva", esquema aplicável para a realização do que não existe ainda como norma; e, isso não apenas na morfologia, mas também na sintaxe, no léxico (derivação e composição de palavras) (96) e no próprio sistema fônico, onde a latitude de realização não é idêntica para todas as unidades funcionais. Ou seja, é preciso considerar a língua como *sistema aberto*, pois assim é a língua para os falantes: permite-lhes superar a tradição, continuando-a. Em segundo lugar, a descrição deve levar em conta que o "estado" descrito é momento duma "sistematização", isto é, duma realidade dinâmica, e registrar tudo aquilo que no próprio sistema sincrônico é manifestação da sua precariedade, ou seja, da dinamicidade real da língua. Assim, deve destacar as contradições internas do sistema (cf. IV, 4.4.) e seus "pontos frágeis" (os mal enquadrados nas estruturas e os de escasso rendimento funcional). Não deve tentar apresentar como "equilibrado" aquilo que não o é; por exemplo, deve renunciar ao expediente de equilibrar pela chamada "simetria do sistema" o que funcionalmente está em desequilíbrio (cf. VI, n. 44). Finalmente, a descrição deve atender à variedade tanto "intensiva" quanto "extensiva" do estado de língua estudado, pois tal variedade é outro reflexo da dinamicidade da língua na projeção sincrônica (cf. IV, 2.4) e, para os falantes, representa uma possibilidade atual de seleção. É necessário abandonar, pois, a tendência de descrever um modo de falar "absolutamente uniforme" (97), pois objetivamente eles não existem: o falante real está sempre diante de uma multiplicidade de tradições e pode dispor delas para diferentes propósitos expressivos. Os esquemas estruturais devem servir para captar e ordenar a variedade idio-

mática, não para aboli-la (98). Ademais, é necessário lembrar que, pela coexistência de sistemas no mesmo "estado de língua", certos aspectos dessa variedade podem ser da ordem do "arquisistema" (cf. II, 3.5.1.).

3.3.1. Entretanto, enquanto se refere apenas a possibilidades de sistematização ulterior, que podem também não se realizar, a descrição como tal não capta a dinamicidade concreta da língua. Por isso, a superação efetiva da antinomia saussuriana, no plano da investigação das línguas, ocorre apenas na *história*, pois só a história "vê os fatos em seu fazimento" (cf. VI, 4.3.3.) e abrange numa visão única tanto o fazimento quanto o funcionamento, ou, em termos saussurianos, tanto as "sucessões" quanto os "estados". Para dizer de outro modo, só a história pode prestar contas cabalmente da realidade dinâmica duma língua, considerando-a como "sistema que é feito" e, a cada instante de seu desenvolvimento, como atualidade duma tradição. Mas a história da língua não deve ser entendida como "história externa" e sim como "história interna", como estudo da própria língua enquanto objeto histórico: ela deve abranger e dissolver por completo em si mesma a chamada "gramática histórica" (99).

96. Numa tese da escola fonológica, TCPL, I, 1929, p. 8, salienta-se justamente que a distinção entre esquemas produtivos e improdutivos é um "fato de diacronia" que deve ser levado em conta na própria descrição sincrônica. Por outro lado, também Saussure, CLG, pp. 149-150 [Cours, pp. 117-118; Cours, pp. 97-98 (N.T.)], assinala que a formação de palavras pertence à gramática (isto é, à lingüística sincrônica) e considera como tarefa sincrônica a de "fixar normas para o uso da língua", que se refere, precisamente, ao futuro. Sobre a diferença entre "sistema" e "norma" nos vários domínios da língua, cf. SNF, pp. 42-54.

97. Por exemplo, um *idiotete* (cf. II, 3.5.2.) ou, na formulação de D. Jones, p. 9, "uma língua deduzida do falar de um único indivíduo que fale num 'estilo' definido e homogêneo". Cf. "Forma e substância", pp. 70-71.

98. Cf. o que diz B. MALMBERG, *Acta Linguistica*, III, p. 43: "Il faut commencer par dresser le schéma. C'est évident. Mais il ne faut pas s'arrêter là. Il faut poursuivre l'analyse pour mettre au clair tous les facteurs qui, réunis, forment la langue en question" ["Deve-se começar por edificar o esquema. É óbvio. Mas não se deve parar aí. Deve-se prosseguir a análise para trazer à luz todos os fatores que, reunidos, formam a língua em questão" (N.T.)]. A este mesmo propósito, A. MARTNET assinala que deslindar as estruturas não significa ignorar a complexidade da realidade lingüística, mas estabelecer uma hierarquia entre os fatos (*Économies*, p. 13) e que a fonologia não deve descuidar os fatos fônicos não-distintivos (*Ibid.*, p. 37). De fato, estabelecer as estruturas funcionais é essencial porque, em cada momento da língua, elas representam os limites da variabilidade na realização. Mas é importante levar em consideração também as variantes "normais" de realização, que representam o equilíbrio precário do sistema; e, a este respeito, torna-se útil o estudo estatístico de sua frequência relativa; cf. SNF, p. 63. Sabe-se que uma das maiores dificuldades para a história fonológica de línguas pretéritas e que só são conhecidas pela escritura é constituída, precisamente, pelo desconhecimento da exata realização fônica e da sua variedade.

99. De fato, a "gramática histórica", em seu sentido clássico (neogramático), não é nenhuma disciplina lingüística particular. Enquanto mero registro esquemático de "equivalências diacrônicas", é apenas recompilação e ordenação sistemática de dados para a história. Sobre o seu caráter híbrido, cf. K. VOSSLER, *Filosofia del lenguaje*, pp. 57 e 183, n. 2.

De fato, a história dos modos lingüísticos que em parte são mantidos e em parte modificados ou substituídos no tempo é, certamente, história duma tradição, isto é, história da cultura. Porém, não apenas de *outra* cultura, a extralingüística, que necessariamente se reflete nesses modos (especialmente nos lexicais), mas, em primeiro lugar, daquela forma peculiar e fundamental da cultura que eles mesmos constituem (cf. II, 3.3.).

3.3.2. Saussure reduz a história das línguas a mera diacronia "atomista" e a opõe à sistematicidade da sincronia porque, do ponto de vista da sua concepção da língua como "coisa feita" e da mudança lingüística como "deterioração fortuita", a história propriamente dita carece de sentido. Mas, do ponto de vista da realidade da língua, cabe inverter os termos e afirmar que o que carece de sentido — salvo como registro de fatos materialmente ocorridos — é a mera diacronia. Já se viu que não é possível ignorar as mudanças gramaticais e que, se por "gramatical" se entende "sistemático", então também as mudanças fônicas são gramaticais. Viu-se, do mesmo modo, que as mudanças não são nem "isoladas", nem "exteriores ao sistema", nem "fortuitas" (não-intencionais). Mas é necessário recordar, ademais, que, para ser coerente consigo mesma, a diacronia (lingüística diacrônica) só considera as mudanças e ignora a continuidade da língua. E esta é uma grave falha, dado que, nas novas ordenações representadas pelas mudanças, o que continua não permanece igual, mesmo que se mantenha materialmente. Assim, de nada serve dizer que no chamado "latim vulgar" se perde o gênero neutro, pois o masculino e o feminino que não se opõem ao neutro não são idênticos aos do latim clássico: o que ocorre não é um simples desaparecimento do neutro, mas uma reforma do sistema dos gêneros. Do mesmo modo, nos romances que perdem um dos três graus dêiticos do latim (isto é, que não conservam os valores *hic-iste-ille*), há toda uma reforma do sistema dêitico. A mudança não pode ser entendida fora da continuidade da língua. Por isso, a diacronia saussuriana, por não levar em consideração o que continua, não

corresponde a realidade alguma. Saussure pensava que correspondesse à mudança fônica; mas tampouco isso é verdade ⁽¹⁰⁰⁾.

3.3.3. De fato, a língua abstrata saussuriana, assim como carece de variedade, carece também de continuidade histórica. Saussure não ignora que na realidade as línguas são históricas (*geschichtlich*), mas não vê como a lingüística poderia ser histórica (*historisch*); e isso porque a sua intuição da língua não coincide com o seu conceito de língua. Intuitivamente, a língua se lhe afigura dotada de continuidade no tempo; mas o seu conceito de língua é o de um "estado" ou de uma série de "estados" entre os quais ocorrem mudanças. Em certo momento, Saussure indica como tarefa da lingüística a de "fazer a descrição e a história de todas as línguas" ⁽¹⁰¹⁾. Mas depois não admite sequer os termos *história* e *lingüística histórica* porque — diz —, dado que "a história política compreende tanto a descrição de épocas quanto a narração de acontecimentos", isso poderia fazer pensar que "ao descrever estados sucessivos da língua, se estivesse estudando a língua conforme o eixo do tempo", ao passo que na realidade só se está fazendo sincronia. Para fazer história, "seria necessário encarar separadamente os fenômenos que fazem a língua passar de um estado a outro" ⁽¹⁰²⁾. Mas com isso o estudo se torna incongruente, porque se move alternativamente sobre o eixo das "sucessões" e sobre o das "simultaneidades". Assim, a lingüística inaugurada por Bopp é incongruente, porque "está a cavaleiro de dois domínios, por não ter sabido distinguir claramente entre os estados e as suces-

100. R. S. WELLS, *Art. cit.*, p. 24, observa com razão que a lingüística diacrônica "cannot ignore synchronic relations, for a diachronic identity between a sign of state S1 and a sign of a later state S2 can be established only by considering both the phonemic makeup of the signs and their relations to other contemporary signs" ["não pode ignorar as relações sincrônicas, pois uma identidade diacrônica entre um signo de estado S1 e um signo de estado posterior S2 só pode ser estabelecida pela consideração da constituição fonológica dos signos e das suas relações com outros signos contemporâneos" (N.T.).]

101. CLG, p. 46 [*Cours*, p. 20; *Curso*, p. 13 (N.T.)].

102. CLG, pp. 148-149 [*Cours*, pp. 116-117; *Curso*, p. 96 (N.T.)].

sões" (103). A história lingüística, pois, não é para Saussure senão uma incongruência. Esta incongruência pode ser necessária, porque "cada língua constitui praticamente uma unidade de estudo, e nos obriga pela força das coisas a considerá-la ora histórica [diacrônica] ora estaticamente" (104), mas não deixa de ser uma incongruência teórica. Mas, por que cada língua forma uma "unidade de estudo"? Saussure não percebe que aquilo que se impõe pela "força das coisas" (isto é, pela realidade) não pode ser mera incongruência, mas algo que deve ser explicado e justificado teoricamente. E não percebe que todas as suas observações desmoronam, se se entende que as mudanças não podem ocorrer "entre os estados" de língua" e fora da língua, que não há meras "sucessões" e que os "estados de língua" não são etapas estáticas mas momentos duma contínua "sistematização". Ao contrário, a língua parece estar para ele numa situação peculiar, distinta, por exemplo, da dos objetos que a história política estuda: "A história política dos Estados move-se inteiramente no tempo; entretanto, se um historiador traça o quadro de uma época, não se tem a impressão de sair da história" (105). Isto é, Saussure não percebe que é ilusório precisamente o contrário: acreditar que ao fazer a descrição de um "estado de língua" se sai da história (106). Na realidade, a descrição de um objeto histórico é um momento da sua história.

103. CLG, p. 151 [Cours, pp. 118-119; Curso, p. 98 (N.T.)]. Cf. também p. 233 [Cours, p. 195; Curso, p. 165 (N.T.)]: é necessário recordar a distinção entre sincronia e diacronia "para não afirmarmos inconsideradamente que estamos a fazer gramática histórica quando, na realidade, estamos nos movendo sucessivamente no domínio diacrônico, estudando a mudança fonética, e no domínio sincrônico, examinando as conseqüências que dela resultam"; p. 147 [Cours, p. 115; Curso, p. 95 (N.T.)]: no eixo das sucessões "não se pode considerar mais que uma coisa por vez"; e p. 148 [Cours, p. 116; Curso, p. 96 (N.T.)]: na lingüística, a multiplicidade de signos "não impede absolutamente de estudar-lhes, ao mesmo tempo, as relações no tempo e no sistema". Cf. 1.2.2.

104. CLG, p. 174 [Cours, p. 140; Curso, p. 116 (N.T.)].

105. CLG, p. 146 [Cours, p. 114; Curso, p. 94 (N.T.)]. A história lingüística é, naturalmente, distinta da história política (porque a língua, apesar do que se diz, não é uma "instituição"), mas não no sentido saussuriano.

106. É a teoria da língua que é "ahistórica" — no sentido de que não se refere a um objeto histórico determinado: o estudo da língua como "universal", da "língua-espécie"; o que, não obstante, não significa que a teoria deva ignorar

3.3.4. A antinomia ou dupla separação entre sincronia e diacronia (lingüística sincrônica e diacrônica) baseia-se, no fundo, numa miragem, no tocante ao sentido da história e às relações entre história e descrição. Saussure pensa que, assim como a sincronia ignora a diacronia (o passado), também a diacronia deveria ignorar a sincronia (os "estados de língua"). Mas só a primeira afirmação é verdadeira e legítima. A sincronia, de fato, ao estudar um "estado de língua" determinado, não pode focar simultaneamente vários outros estados e confundir uma série de momentos da língua num único momento, pois isso significaria oferecer uma descrição incoerente e caótica. A diacronia, ao contrário, não pode ignorar a sincronia — ou melhor, as "sincronias": os infinitos "estados de língua" que se ordenam ao longo do chamado "eixo das sucessões" — e isso não porque dependa da sincronia como tal, mas porque, neste caso, ignorar a sincronia significa, precisamente, ignorar a língua que continua no tempo: estar fora do objeto. Um momento da língua pode ser descrito sem levar em consideração outros momentos, no mesmo sentido de que uma parte pode ser separada do todo ou uma etapa de um processo. Mas a descrição do todo não pode ignorar as partes e a descrição de um processo não pode ignorar as suas etapas. Analogamente, o estudo da "sistematização" não pode ignorar os momentos da própria sistematização. A descrição, pois, é "independente" da história no sentido de que não a abrange; se bem que descrever um momento de um objeto histórico já é um modo de fazer história, "mesmo sem sabê-lo". E, vice-versa, a história se opõe à descrição, mas de uma maneira peculiar: não é a descrição, mas

a historicidade da língua. Mas em Saussure há uma lamentável confusão entre o plano da descrição e o plano da teoria; cf. nota 61. A mesma confusão persiste, e em certo sentido se agrava, na glossemática. Donde a desconfiança da glossemática em relação à história, que considera como história acidental (cf. L. HJELMSLEV, *Prolegomena*, pp. 4-5), e a idéia de que é necessário ignorar a mudança na teoria, ao passo que a mudança não afeta mas assegura o "constante" da língua. Considerando apenas as estruturas e ignorando o movimento, a glossemática acredita que se põe em dia com o pensamento contemporâneo. Mas uma vez mais a lingüística chega com atraso. Já faz tempo que o pensamento contemporâneo, depois da valorização das estruturas, voltou a considerar a realidade como processo infinito: um problema atual é, pelo contrário, o da integração das estruturas nos processos.

o que assegura a sua funcionalidade como língua e o seu caráter de "objeto histórico". Um objeto histórico só o é se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão. Em troca, aquilo que é apenas permanência (por exemplo, as espécies ideias) ou apenas sucessão (por exemplo, as fases da lua, as marés) não pode ter qualquer tipo de história.

ÍNDICE GERAL